

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/29592	38422/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando:

- O pedido do Tribunal de Contas no âmbito do processo n.º 2058/2025;
- A necessidade de introduzir alterações ao contrato previamente aprovada, através de adenda que reflita os ajustamentos exigidos;
- A apresentação de impugnação administrativa por parte de terceiro interessado, cuja decisão careceu de apreciação e agora a devida ratificação pela Câmara Municipal;
- O disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável;

Propõe-se:

A ratificação da aprovação da adenda ao contrato, conforme documento anexo, para efeitos de submissão ao Tribunal de Contas;

A ratificação da decisão sobre a impugnação administrativa, nos termos da fundamentação jurídica constante do parecer técnico anexo;

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.



**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**Parecer**

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.


A chefe da DCP.

(Leila Camacho)

19/8/2025

**Despacho**

Aprovo as propostas constantes da presente informação.

 O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

19/08/25

**1. Informação**

Data
18/08/2025

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Ana Isabel Costa	Técnica Superior

**2. Dados Procedimento**

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/01/25/DCP	7.388.1193,92€	2.918.114,04€	24 meses
<b>Objeto</b>	Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado		
<b>CPV</b>	55524000-9 Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas		

A empresa NORTAKE, LDA concorrente no âmbito do procedimento supra identificado, tendo sido notificada da decisão de adjudicação, de 29/07/2025, à empresa UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A. apresentou a 05/8/2025 uma impugnação administrativa nos termos do disposto nos artigos 267º a 271º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

## **1. Análise jurídica**

### **Legitimidade da impugnação**

De acordo com o artigo 186.º do Código do Procedimento Administrativo, a concorrente NORTAKE, LDA, detém legitimidade no que concerne à apresentação da referida impugnação administrativa, por ser titular de direito subjetivo ou interesse legalmente protegido e que se considera lesado pela prática do ato administrativo.

Tendo a concorrente apresentado proposta no âmbito do procedimento em causa e não lhe tendo sido adjudicado a prestação de serviços, pode ser considerado titular de um direito subjetivo à eventual adjudicação do mesmo, que se considera lesado pela decisão de adjudicação que consubstancia o ato administrativo impugnado.

### **Qualificação das impugnações administrativas, nos termos e para os efeitos previstos no CPA:**

De acordo com o art.º 267.º do CCP, *"as impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos regem-se pelo disposto no presente título e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo"*. Nos artigos seguintes, prevêem-se disposições especiais quanto a decisões impugnáveis, prazos e procedimentos específicos. A tudo o que aqui não estiver previsto deve ser aplicado o que dispõe o CPA.

O referido artigo 267.º do CCP refere-se às impugnações administrativas em geral, não especificando que tipo de impugnação administrativa deve ocorrer para cada situação- o CPA prevê dois tipos de impugnação administrativa (artigos 191º e seguintes): a reclamação e o recurso hierárquico, sendo pertinente para efeito (entre outros) de saber a quem deve ser dirigida a impugnação, se para o próprio autor do ato (na reclamação), se para o superior hierárquico do ato (no recurso).

Dispõe o nº 2 do artigo 271º do CCP, o recurso administrativo das deliberações do júri deve ser interposto para o órgão competente (por lei ou delegação) para a decisão de contratar.

### **Audiência de contrainteressados e alegações**

Segundo o disposto no artigo 273.º do CCP, tratando-se de impugnação do ato de adjudicação, devem ser notificados os concorrentes, nos dois dias seguintes à respetiva apresentação, para que estes, querendo, se pronunciem no prazo de 5 dias. A referida notificação foi efetuada a 06/08/2025, tendo-se pronunciado o concorrente UNISELF –



Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A a 13/08/2025, conforme documento em anexo.

### Dos factos

A entidade nos termos do n.º 1 do artigo 71º do CCP, definiu que relativamente a um dos preços unitários solicitados no procedimento, que considerava preço anormalmente baixo, caso fosse apresentado um preço unitário de almoços abaixo dos 3,40€, que correspondia ao preço unitário mais baixo apresentado ao Acordo-Quadro da CIM-Cávado pelas seis entidades classificadas para o Lote 1.

Para os restantes preços unitários solicitados, não se definiu preço anormalmente baixo.

De acordo com o disposto no n.º 7 da cláusula 33ª do caderno de encargos, o Município de Braga indicou qual era a estimativa anual de refeições a serem servidas aos alunos e adultos, e ainda o n.º de horas de pessoal afeto ao serviço de fornecimento e distribuição dessas refeições escolares.

Estimativa de Serviços para 1 Ano lectivo			
Escola	Lote 1 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local; - Fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local (Take-Away)		Pretendido o serviço para: Adulto (adultos/agentes educativos que desejem esse serviço, mediante encomenda prévia )
	Estimativa de serviços		Estimativa de serviços
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio - Escola Secundária Alberto Sampaio	N.º de almoçosAlmoço	53 542	110
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 900	
Agrupamento de Escolas André Soares - Escola Básica André Soares	N.º de almoçosAlmoço	95 898	2
	N.º de pessoal por refeição (hora)	8 400	
Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado - Escola Básica de Mosteiro e Cávado	N.º de almoçosAlmoço	49 811	36
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 900	
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante - Escola Secundária Carlos Amarante	N.º de almoçosAlmoço	80 131	60
	N.º de pessoal por refeição (hora)	7 000	
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante - Escola Básica de Gualtar	N.º de almoçosAlmoço	55 768	65
	N.º de pessoal por refeição (hora)	5 600	
Agrupamento de Escolas de Maximinos - Escola Secundária de Maximinos	N.º de almoçosAlmoço	27 946	123
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas de Maximinos - Escola Básica Frei Caetano Brandão	N.º de almoçosAlmoço	31 127	56
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas de Real - Escola Básica de Real	N.º de almoçosAlmoço	67 620	21
	N.º de pessoal por refeição (hora)	6 300	
Agrupamento de Escolas Dona Maria II - Escola Básica de Lamações	N.º de almoçosAlmoço	40 406	190
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas Dona Maria II - Escola Secundária D. Maria II	N.º de almoçosAlmoço	44 261	36
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda - Escola Básica de Palmeira	N.º de almoçosAlmoço	45 815	31
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 900	
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda - Escola Secundária Sá de Miranda	N.º de almoçosAlmoço	58 163	148
	N.º de pessoal por refeição (hora)	5 600	
Agrupamento de Escolas Trigal Santa Maria - Escola Básica de Trigal de Santa Maria	N.º de almoçosAlmoço	34 020	125
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas Celeirós - Escola Básica de Celeirós	N.º de almoçosAlmoço	40 370	65
	N.º de pessoal por refeição (hora)	4 200	
Agrupamento de Escolas Francisco Sanches - Escola Básica Dr. Francisco Sanches	N.º de almoçosAlmoço	68 894	35
	N.º de pessoal por refeição (hora)	6 300	
Total N.º de almoçosAlmoço por ano lectivo		793 771	1103
Total N.º de pessoal por refeição (hora)		79 100	

Nestes termos, o número de horas de pessoal afeto às refeições foi apurado de acordo com a tabela de trabalhadores em serviço em cada refeitório definido na cláusula 42ª do caderno de encargos.

Tabela – Trabalhadores em serviço em cada refeitório

Escalão	Nº médio de refeições/dia	Trabalhadores a tempo inteiro (40 horas semanais)	Trabalhadores em tempo parcial (20h semanais)	Total de Trabalhadores
A	≤ 100	2	0	2
B	> 100 e ≤ 130	2	1	3
C	> 130 e ≤ 170	3	0	3
D	> 170 e ≤ 200	2	2	4
E	> 200 e ≤ 250	2	2	4
F	> 250 e ≤ 300	3	1	4
G	> 300 e ≤ 350	3	2	5
H	> 350 e ≤ 400	4	1	5
I	> 400 e ≤ 450	4	2	6
J	> 450 e ≤ 500	5	2	7
L	> 500 e ≤ 600	5	2	7
M	> 600 e ≤ 700	6	2	8
N	> 700	7	2	9

Posto isto, foi indicado nas peças o n.º de refeições a fornecer, por estimativa, e o pessoal afeto (horas), que todos os concorrentes deveriam ter em conta.

Ora, conforme consta do relatório final, no procedimento levado a cabo definiu uma rubrica específica para os encargos com pessoal, tendo os concorrentes apresentavam proposta para o preço unitário por hora dos trabalhadores em serviço em cada refeitório, de acordo com o número estimado de refeições por dia.

Face ao exposto, foi solicitada a apresentação de preços unitários para os itens abaixo, pois pretendia-se fixar os preços unitários a concurso.

Preço Unitários das propostas				Encargos com pessoal por refeição (por hora)
Preço Unitário Almoço	Preço Unitário Almoço (Take-Way)	Preço Unitário Lanche (Pic-Nic)	Preço Unitário Pequeno-Almoço	

E, o preço base foi dividido em dois, tendo sido fixado um valor de 42 000,00€ para almoço (takeaway), lanche (pic-nic) e pequeno-almoço, e um valor de 7 346 193,92€ para a



multiplicação entre os preços unitários de almoço e encargos com pessoal por refeição (hora) para a estimativa de serviços para 2 anos letivos.

Face ao exposto, a adjudicação foi feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço.

Descrição	Un.	Qtd.	Preço Base		1 RESCATER (515608106)		2 ICA (601426230)		3 Eurest (600347506)		4 Uniseif (601323325)		5 Nortake (60070604)	
			Preço unitário	Subtotal	Preço unitário	Subtotal	Preço unitário	Subtotal	Preço unitário	Subtotal	Preço unitário	Subtotal	Preço unitário	Subtotal
Fornecimento e distribuição de refeições escolares - ALUNOS	UN	1587542	3,80	6 032 661,12	3,40	5 397 642,80	3,40	5 397 642,80	3,41	5 413 518,22	1,23	1 952 676,66	2,75	4 365 740,50
Fornecimento e distribuição de refeições escolares - custo com pessoal	horas	158200	8,25	1 305 150,00	8,00	1 265 600,00	7,30	1 154 860,00	8,12	1 284 584,00	5,82	920 724,00	7,50	1 186 500,00
Fornecimento e distribuição de refeições escolares - ADULTOS	UN	2206	3,80	8 382,80	3,40	7 500,40	3,40	7 500,40	3,41	7 522,46	1,23	2 713,38	2,75	6 066,50
Almoço Take-Way, lanche pic-nic e Plano Emergência municipal	UN	1		42 000,00		42 000,00		42 000,00		42 000,00		42 000,00		42 000,00
				0,00										
Preço contratual de acordo com os preços unitários				7 388 193,92		6 712 743,20		6 602 003,20		6 747 624,68		2 918 114,04		5 600 307,00

No decurso da análise das propostas, o júri verificou a existência, no preço unitário de almoços, de duas propostas com o preço anormalmente baixo, tendo o concorrente UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A., apresentado logo a justificação do preço, e tendo sido necessário solicitar esclarecimentos à proposta do NORTAKE, LDA.

Assim sendo, e contrariando as alegações da impugnante, a justificação apresentada pelo concorrente UNISELF para efeitos de esclarecimento do **preço anormalmente baixo do preço unitário do almoço**, entendeu o júri que, a justificação apresentada se enquadrada na alínea a) e b), n.º 4 do artigo 71.º do CCP, que designadamente é duas das possibilidades indicadas pelo legislador, para se ter em conta na justificação do preço anormalmente baixo.

Ora, se o concorrente UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A., na justificação dá nota que possui uma central de compras que “garante preços substancialmente inferiores aos habituais preços de mercado, permitindo a apresentação de um preço por refeição bastante inferior ao preço base”. E ainda, que “paralelamente, e em resultado das excecionais quantidades adquiridas junto dos produtores e demais fornecedores e das condições de pagamento que praticamos, beneficiamos de especiais

descontos financeiros que também concorrem para a significativa redução do custo das matérias-primas que integram o cabaz de alimentos previstos no Anexo A e B - Ementas e no Anexo C - Fichas técnicas, ambos do Caderno de Encargos.”, o júri considerou, que o preço anormalmente baixo, era justificado pela economia no processo de fabrico e consequentemente refletivo na prestação do serviço, e ainda que, pelas condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente dispõe em desconto financeiros pelas condições de pagamento que praticam.

Nestes termos, e esclarecida a questão de que os encargos com pessoal estarem previstos em rubrica própria, conforme critérios definidos no Acordo-Quadro da CIM-Cávado, e consequentemente neste procedimento pelo Município de Braga, e comprovado pelo concorrente UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A, na justificação que apresenta, o preço unitário dos almoços de 1,23€ apenas incluiu os custos com a refeição, assegurando a garantia da qualidade das ementas e o cumprimento do caderno de encargos, bem como o cumprimento de todas as obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, com os preços unitário de 1,23 € para os almoços e 5,82€ para encargos com pessoal por refeição (hora) que não estava sujeito a justificação de preço anormalmente baixo.

## **2. Conclusão**

Em face do exposto, verifica-se que a impugnação administrativa em questão deve ser rejeitada, de acordo com a exposição acima efetuada dos factos.

## **3. Anexos**

- a. Impugnação administrativa apresentada pela NORTAKE, LDA.
- b. Pronúncia da UNISELF – Sociedade de restaurantes públicos e privados, S.A em audiência de contrainteressados.

## **4. Assinatura**

O Gestor do Procedimento,

ANA ISABEL  
ARAÚJO  
MESQUITA DA  
COSTA

Assinado de forma digital  
por ANA ISABEL ARAÚJO  
MESQUITA DA COSTA  
Dados: 2025.08.18  
16:05:03 +01'00'





**Ex.mo(s). Sr(s).**

Presidente da Câmara Municipal de Braga e Órgão executivo  
da Câmara Municipal de Braga

**Assunto:** Impugnação Administrativa do ato de adjudicação à entidade **Uniself - Sociedade de Restaurantes Púb. e Privados, S.A. (doravante Unisef)**. Procedimento de Concurso Público "CPR/AQ/01/25/DCP - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado"

**Nortake, Lda., (doravante Nortake)**, após conhecimento do conteúdo do Relatório Final e do consequente ato de adjudicação à entidade **Uniself**, vem, ao abrigo do artigo 271.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), impugnar administrativamente o ato de adjudicação, requerendo a anulação do mesmo, e a consequente ordenação da Nortake em 1.º lugar, nos termos e fundamentos a seguir se apresenta:

#### **A) Dos factos**

**1.** A proposta apresentada pelo concorrente Uniself apresenta um preço unitário por refeição anormalmente baixo, tendo apresentado aquando da proposta uma nota justificava de preço, a qual se dá aqui como integralmente reproduzida.



**2.** O Júri do Procedimento, em sede de Relatório Preliminar, considerou que os elementos apresentados pelo concorrente Uniself justificam o preço anormalmente baixo apresentado por este.

**3.** Não podendo o concorrente Nortake concordar, este apresentou pronúncia em sede de audiência prévia, a qual se dá aqui como integralmente reproduzida.

**4.** Também o concorrente ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., apresentou pronúncia em sede de audiência prévia.

**5.** Analisadas as pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia, o júri do procedimento, no relatório final, decidiu manter o teor, as conclusões e a ordenação do relatório preliminar, mantendo a ordenação em 1.º lugar ao concorrente Uniself.

**6.** Consequente, foi proferido em 29/07/2025 decisão de adjudicação ao concorrente ordenado em 1.º lugar, tendo a mesma sido notificada aos demais concorrentes.

**7.** Do ponto 9 da notificação da decisão de adjudicação resulta que:

**9. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas**

No dia 08 de julho de 2025, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia pelo prazo de 3 (três) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

**8.** Ora, não corresponde à realidade, porquanto, conforme prevê o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento, foram apresentadas duas pronúncias em sede de audiência prévia.

**B) Do Direito**

**9. Resulta do análise do júri do procedimento no relatório final que:**

“

Ora, no procedimento levado a cabo está prevista uma rubrica específica para o custo com o pessoal, tendo os concorrentes apresentado proposta para o preço unitário por hora, conforme consta do relatório preliminar. Desta forma, os custos com os trabalhadores devem estar refletidos nesta rubrica, não devendo ser contabilizados no valor unitário que cada concorrente apresentou para o fornecimento de refeições por aluno, onde se enquadra a refeição de almoço/aluno prevista no procedimento. Ainda assim, esta forma de organização do procedimento não impede que os concorrentes possam ter considerado na proposta apresentada encargos com pessoal, embora não fosse esse o âmbito da rubrica relacionada com o “preço unitário-almoço”.

No que se refere ao número de trabalhadores nos refeitórios, no caderno de encargos está prevista uma distribuição de acordo com o número médio de refeições fornecidas, sendo a tabela apresentada uma ferramenta orientadora do quadro de pessoal a elaborar em cada ano letivo e o qual pode sofrer alterações, em virtude das avaliações à execução do serviço realizado em cada unidade. Neste âmbito, está referido no caderno de encargos que “o número e categorias dos trabalhadores em serviço em cada refeitório, desde o início do fornecimento do serviço, até à primeira avaliação do número médio de refeições, a efetuar no final do segundo mês após o início de cada ano letivo, serão os constantes na proposta do adjudicatário, preenchida com base na tabela seguinte” (alínea h) da cláusula 42ª do caderno de encargos).

”

**10. Ora, o ponto 9 do convite refere que:**

---

**9. Preço anormalmente baixo**

Nos termos do art.º 71º do CCP, considera-se preço anormalmente baixo, a proposta que apresente um preço unitário base para o almoço, inferior à proposta a 3,40€, que corresponde à proposta mais baixa apresentada pelos seis classificados para o Lote 1 do do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

**11. As entidades adjudicantes podem estabelecer limites mínimos para os preços no convite ou programa do procedimento, o que *in casu* aconteceu, conforme o disposto no ponto anterior, ao fixar que um preço unitário por refeição inferior a 3,40€ é considerado anormalmente baixo.**



**12.** E mesmo sem definição prévia, o júri pode considerar um preço como anormalmente baixo se houver evidências de que ele compromete a boa execução do contrato.

**13.** Note-se que um preço é considerado anormalmente baixo quando é insuficiente para cobrir os custos da execução do contrato ou para cumprir obrigações legais em áreas como ambiental, social e laboral.

**14.** Decorre o n.º 4 do artigo 71.º do CCP:

*"(...) 4 - Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:*

*a) À economia do processo de construção, de fabrico ou de prestação do serviço;*

*b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução da prestação objeto do contrato a celebrar;*

*c) À originalidade da obra, dos bens ou dos serviços propostos;*

*d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;*

*e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;*

*f) À verificação da decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;*

*g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A. (...)"*

**15.** Com o devido respeito, e após uma leitura atenta dos esclarecimentos justificativos da apresentação de preço anormalmente baixo apresentados pelo concorrente Uniself não pode o júri do procedimento considerar que os mesmo são suficientes para justificar o preço anormalmente baixo apresentado, porquanto no concorrente não justifica de forma objetiva e clara nenhuma das situações a que alude o n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

**16.** Nem pode agora o júri do procedimento vir dizer, em suma, que o preço unitário de refeição de 1,23€ encontrar-se devidamente justificado pelo facto dos custos com o pessoal, não deverem ser incluídos no valor unitário por refeição, mas sim na rubrica prevista para os custos com o pessoal, e que o número de trabalhadores previstos no caderno de encargos está relacionado com o números estimado de refeições que podem sofrer alterações.

**17.** Não obstante, o é com base nessa “estimativa” de trabalhadores e de refeições previstos no caderno de encargos que as propostas de preço são apresentadas, ou seja, foi com base nessa estimativa que o concorrente/adjudicatário Uniself apresentou a sua proposta de preço.

**18.** E mesmo que não se inclua no preço unitário de 1,23€ os custos com o pessoal, mas apenas e só na rubrica referente aos “encargos com o pessoal”, o alegado pelo concorrente Nortake em sede de audiência prévia, já previa essa possibilidade.

**19.** Quando o concorrente Nortake apresentou o seguinte quadro que representa, desde logo, os custos fixos com o pessoal que o concorrente Uniself terá com a execução do contrato:

(Vencimentos, Subsídios, Segurança Social e Seguros)

	<b>Numero de trabalhadores</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
Cozinheiro de 2a	15	75.024,96 €	270.222,19 €	224.444,07 €

Preparador	15	68.999,11 €	249.562,13 €	207.270,39 €	
Empregado de refeitório (tempo inteiro)	17	76.824,54 €	278.124,68 €	230.989,26 €	
Empregado de refeitório (part-time)	27	62.188,97 €	213.219,34 €	168.798,64 €	
	<b>Total</b>	<b>283.037,58 €</b>	<b>1.011.128,33 €</b>	<b>831.502,36 €</b>	<b>2.125.668,27 €</b>

**20.** Ora, tendo em conta o preço unitário apresentado pelo o concorrente Uniself apenas sobrar a valor aproximado de 0,46€ para suportar os custos com a matéria prima e outros.

**21.** Mas sobre esta demonstração, em concreto, o júri do procedimento não se pronunciou.

**22.** E os esclarecimentos que são prestados pelo concorrente/adjudicatário Uniself são vagos e nada objetivos, ou seja, não demonstrou em que medida é que o facto de possuir uma Central de Compras integrada na própria estrutura, de adquirir avultadas matérias de primas e de beneficiar de condições de trabalho excecionais, é suficiente para justificar o preço apresentado.

**1.** Com efeito, as justificações apresentadas pelo concorrente/adjudicatário Uniself não se revelam capazes de afastar as dúvidas que a aparente “bondade” da sua proposta suscita. Bem pelo contrário. Vistas em pormenor, as justificações apresentadas não logram explicar, em concreto, o motivo pelo qual o seu preço é tão baixo.

**2.** Aliás, a maioria das justificações apresentadas não se traduzem senão em alegações não concretizadas e na invocação da forma de organização do grupo empresarial no qual se inserem, ambas insuficientes só por si, para cumprirem o desiderato que se propõem, o de justificar o preço anormalmente baixo.

**3.** Mais, dado o carácter genérico das justificações apresentadas, as mesmas poderiam, em tese, justificar os seus preços neste concurso como em qualquer





outro. O concorrente/adjudicatário Uniself, na verdade, não consegue explicar, concretamente, por que motivo lhe é possível apresentar preços inferiores àqueles que são considerados anormalmente baixos.

**4.** Por outro lado, no procedimento anteriormente lançado, em 2023, com as mesmas características do presente procedimento, o aqui concorrente apresentou um preço unitário por refeição de 1,91€.

**5.** Ora, como bem sabe o júri e o órgão competente, de 2023 a 2025, verificou-se um aumento significativo do preço da matéria prima e dos encargos com o pessoal, o que seria expectável que o preço agora apresentado a concurso pelo concorrente Uniself fosse superior em comparação com o procedimento anterior, ou, pelo menos igual, mas nunca inferior.

**6.** Tal facto não pode ser negado pelo júri do procedimento e pelo órgão competente.

**7.** Assim, o júri não pode deixar de considerar que o preço proposto pelo concorrente/adjudicatário Uniself peca por falta de seriedade e consistência.

**8.** Se o preço não se revelar capaz de assegurar a cobertura dos custos e a remuneração comercial do concorrente não há garantia da qualidade da prestação, nem fica assegurada uma sã concorrência.

**9.** E, no caso em concreto resulta evidente das normas procedimento que a entidade adjudicante não está disposta a contratar este tipo de serviço a qualquer preço, e por isso ter fixado um preço anormalmente baixo.

**10.** Razão pela qual o preço unitário por refeição apresentado pelo concorrente Uniself é um preço anormalmente baixo, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do CCP, devendo a mesma ser excluída por força da alínea e), do n.º 2, do artigo 71.º do CCP.



Por conseguinte, a **Nortake** vem requerer ao Órgão Executivo da Câmara Municipal de Braga, órgão competente, que conceda provimento à presente impugnação administrativa:

- A)** Anulando o ato de adjudicação à Uniself;
- B)** Excluir a proposta da Uniself; e
- C)** Ordenar a proposta da Nortake em 1.º lugar.

Braga, 5 de agosto de 2024.

**A gerência,**



*Consulta Prévia n.º CPR/AQ/01/25/DCP para aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado*

Exmo. Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Braga,

**UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS S.A.** (“**UNISELF**” ou “**Requerente**”), com sede na Rua Cidade de Lisboa, n.º 8 – Edifício Uniself - Parque Industrial do Arneiro - 2660-456 S. Julião do Tojal - Loures, na qualidade de Concorrente e Adjudicatária no âmbito do Procedimento à margem identificado, vem, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 273.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, “**CCP**”), apresentar a sua

### **PRONÚNCIA**

Por referência à impugnação administrativa apresentada pela concorrente **Nortake, Lda.** (doravante, “Nortake”), na sequência da decisão de adjudicação tomada a favor da proposta da Uniself no âmbito do Procedimento acima identificado e aprovada pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 29.07.2025.

O que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:

1. O Município de Braga (“**Município**” ou “**Entidade Adjudicante**”), espoletou o presente procedimento de Consulta Prévia n.º CPR/AQ/01/25/DCP para aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuada, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado (“**Procedimento**”).
2. Para o efeito, foi fixado o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *monofator*, em que o preço é o único aspeto da execução do contrato a celebrar objeto de avaliação, sendo considerada “mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço” (cf. ponto 19 do Convite, e artigo 74.º, n.º 1, alínea *b*), do CCP).



3. A Uniself preparou e apresentou, oportunamente, a sua melhor proposta, cumprindo integralmente as exigências legais e regulamentares aplicáveis e, bem assim, as especificações técnicas previstas nas peças do procedimento.
4. Além disso, tendo apresentado um preço anormalmente baixo, nos termos do ponto 9 do Convite, a Uniself disponibilizou, juntamente com a respetiva proposta, documento contendo os esclarecimentos justificativos da viabilidade do preço apresentado.
5. A Nortake apresentou, igualmente, um preço anormalmente baixo.
6. Em 08.07.2025, as concorrentes foram notificadas do Relatório Preliminar, no âmbito do qual o Júri do Procedimento (i) considerou os preços anormalmente baixos apresentados pela Uniself e pela Nortake devidamente justificados nos termos do artigo 71.º, n.º 4 do CCP, (ii) propôs a admissão das propostas de todos os concorrentes e (iii) a adjudicação da proposta apresentada pela Uniself.
7. Após análise das pronúncias em sede de audiência prévia apresentadas pela Nortake e ICA – Indústria e Comércio Alimentar, S.A. (“ICA”), no âmbito do Relatório Final de 28.07.2025, o Júri deliberou, por unanimidade, manter o teor das conclusões e ordenação do Relatório Preliminar e, como tal, a adjudicação a favor da proposta da Uniself.
8. Nesta sequência, e em 05.08.2025, a concorrente Nortake apresentou a impugnação administrativa ora sob escrutínio, por entender, em suma, que os esclarecimentos prestados pela Uniself não são suficientes para justificar o preço anormalmente baixo apresentado, por alegada falta de enquadramento nas circunstâncias legais previstas no elenco do artigo 71.º, n.º 4, do CCP.
9. Não lhe assiste, todavia, e conforme passaremos a demonstrar de seguida, qualquer razão.
10. Ora, antes de mais, não pode a Uniself deixar de realçar ser **objetivamente contraditório** que a Nortake venha alegar que *“os esclarecimentos que são prestados pelo concorrente/adjudicatário Uniself são vagos e nada objetivos, ou seja, não demonstrou em que medida é que o facto de possuir uma Central de Compras integrada na própria estrutura, de adquirir avultadas matérias de primas e de beneficiar de condições de trabalho excecionais, é suficiente para justificar o preço apresentado”* e, bem assim, que *“maioria das justificações apresentadas não se traduzem senão em alegações não concretizadas e*

*na invocação da forma de organização do grupo empresarial no qual se inserem, ambas insuficientes só por si”,*

11. Quando a própria se limita a justificar o respetivo preço anormalmente baixo ainda em termos mais genéricos, na circunstância vaga de se encontrar *“sediada no concelho de Braga, e que por esse motivo consegue criar sinergias que lhe permite melhorar significativamente os gastos de distribuição, de estrutura e de recursos humanos, com impacto, claro está, no preço apresentado”*.
12. E a declarar, sem mais, que o preço apresentado não é insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
13. Termos em que se fosse adotar o raciocínio propugnado pela concorrente em questão – no que não se concede e por mera cautela de patrocínio se equaciona – então teria, igualmente, de se concluir que *“dado o carácter genérico das justificações”* apresentadas pela Nortake, a mesma também *“não consegue explicar, concretamente, por que motivo lhe é possível apresentar preços inferiores àqueles que são considerados anormalmente baixos.”*

SEM PRESCINDIR,
14. Conforme antecipado nos *“Esclarecimentos justificativos da apresentação de preço anormalmente baixo”* que acompanharam a proposta da Uniself – para cujo teor se remete e aqui se dá por integralmente reproduzido – são várias as circunstâncias que no caso concreto se reuniram para permitir que a Uniself pudesse apresentar o preço constante da respetiva proposta e simultaneamente garantir a qualidade das ementas e o rigoroso cumprimento das especificações técnicas previstas nas peças do procedimento.

VEJAMOS ENTÃO,
15. A Uniself é hoje uma das maiores empresas nacionais no setor, com dezenas de contratos na área de prestação de refeições escolares, bem como outras áreas da administração pública e privada, atualmente em execução por todo o país.
16. Esta sua dimensão aliada à experiência acumulada de décadas de atuação no setor garantem uma eficiência superior na execução e gestão destes contratos e serviços, com alta rentabilidade na sua operacionalização.

17. A extensão das operações em vigor juntamente com a central de compras interna (integrada na própria estrutura da Uniself) permite a obtenção de condições excecionais junto dos fornecedores, através da longevidade da relação com os mesmos e da aquisição de grandes quantidades de matéria-prima para fornecer todas as nossas unidades espalhadas pelo território nacional.
18. Isto mesmo já havia sido clarificado aquando da apresentação da proposta da Uniself, designadamente na parte em que esclareceu que, em resultado das excecionais quantidades adquiridas junto dos produtores e demais fornecedores e das condições de pagamento praticadas, a Uniself beneficia de especiais descontos financeiros que também concorrem para a significativa redução do custo das matérias-primas que integram o cabaz de alimentos previstos no Anexo A e B - Ementas e no Anexo C - Fichas técnicas, ambos do Caderno de Encargos.<sup>1</sup>
19. Todas estas condições concorrem, na sequência do que se vem referindo, para assegurar a possibilidade de apresentar propostas cada vez mais competitivas junto dos clientes.
20. Assim improcedendo, desde logo, a alegação da Nortake de que "seria expectável que o preço agora apresentado a concurso pelo concorrente Uniself fosse superior em comparação com o procedimento anterior", porquanto além de não passar de uma mera suposição não consubstanciada, a verdade é que – na sequência do que se tem vindo a expor – a estrutura e parcerias entretanto concretizadas pela Uniself lhe permitiram efetivamente apresentar o preço nos termos em que apresentou.
21. Por outro lado, acresce, ainda, a circunstância de a Uniself já assegurar o serviço de refeições no Município de Braga há cerca de 2 anos, sendo, igualmente, adjudicatária de outros contratos de objeto semelhante ao presente, no mesmo Distrito, designadamente nos Municípios de Guimarães, Amares, Póvoa de Lanhoso e de Cabeceiras de Basto.
22. Esta forte implementação, experiência e proximidade de atuação no Distrito de Braga garante que as respetivas equipas de operações, coordenação, supervisão e distribuição possuam um conhecimento aprofundado da região permitindo um alto aproveitamento de recursos e eficácia de gestão dos mesmos.

---

<sup>1</sup> Cfr. Esclarecimentos justificativos da apresentação de preço anormalmente baixo, que acompanharam a proposta da Uniself.

23. Uma vez mais, esta circunstância já havia sido clarificada pela Uniself aquando da apresentação da respetiva proposta, concretamente na parte em que esclareceu que beneficia de condições de trabalho excecionalmente favoráveis para operar no concelho de Braga, dispondo de equipas de Supervisão e Coordenação que desenvolvem já funções em concelhos vizinhos nos quais a Uniself presta serviços de fornecimento das refeições escolares – não se verificando, como tal, qualquer necessidade de prever esses encargos no preço da refeição, uma vez que os mesmos se encontram já integralmente acautelados e imputados a outros contratos.<sup>2</sup>
24. Ora, conforme salienta – e bem – o Júri do Procedimento, em sede de Relatório Final, as circunstâncias que se têm vindo a descrever têm pleno enquadramento no disposto no artigo 71.º, n.º 4, alínea a), do CCP, no que concerne à economia do processo de prestação de serviços conseguida pela Uniself, na medida em que “a economia do processo de prestação do serviço concretizada na central de compras interna, garante preços substancialmente inferiores aos habituais preços de mercado”.<sup>3</sup>
25. Aliás, em bom rigor, e atentas as condições excecionalmente favoráveis que a Uniself, de momento, dispõe para prestação do serviço em apreço e às específicas condições de trabalho de que beneficia – ambas já descritas *supra* – também o enquadramento no disposto nas alíneas b) e d) do artigo 71.º, n.º 4, do CCP teria cabimento, a este propósito, e à luz dos contornos do caso concreto.
26. Termos em que improcede, *in totum*, a alegação da Nortake de que a Uniself não justificou suficientemente o preço anormalmente baixo apresentado e, bem assim, de que as justificações apresentadas não têm enquadramento no disposto no artigo 71.º, n.º 4, do CCP.
27. Por fim, quanto às suposições que a Nortake tece acerca das estimativas de custos fixos com pessoal que a Uniself terá com o contrato, cumpre apenas reiterar o que já foi devidamente esclarecido – e bem – pelo Júri, em sede de Relatório Final:

---

<sup>2</sup> Cfr. Esclarecimentos justificativos da apresentação de preço anormalmente baixo, que acompanharam a proposta da Uniself.

<sup>3</sup> Cfr. Relatório Final, p. 3.



"(...) no procedimento levado a cabo está prevista uma rubrica específica para o custo com o pessoal, tendo os concorrentes apresentado proposta para o preço unitário por hora, conforme consta do relatório preliminar. Desta forma, os custos com os trabalhadores devem estar refletidos nesta rubrica, não devendo ser contabilizados no valor unitário que cada concorrente apresentou para o fornecimento de refeições por aluno, onde se enquadra a refeição de almoço/aluno prevista no procedimento. Ainda assim, esta forma de organização do procedimento não impede que os concorrentes possam ter considerado na proposta apresentada encargos com pessoal, embora não fosse esse o âmbito da rubrica relacionada com o "preço unitário-almoço".

No que se refere ao número de trabalhadores nos refeitórios, no caderno de encargos está prevista uma distribuição de acordo com o número médio de refeições fornecidas, sendo a tabela apresentada uma ferramenta orientadora do quadro de pessoal a elaborar em cada ano letivo e o qual pode sofrer alterações, em virtude das avaliações à execução do serviço realizado em cada unidade. Neste âmbito, está referido no caderno de encargos que "o número e categorias dos trabalhadores em serviço em cada refeitório, desde o início do fornecimento do serviço, até à primeira avaliação do número médio de refeições, a efetuar no final do segundo mês após o início de cada ano letivo, serão os constantes na proposta do adjudicatário, preenchida com base na tabela seguinte" (alínea h) da cláusula 42ª do caderno de encargos." <sup>4</sup> (realces nossos)

28. Ao que acresce a circunstância de a Uniself se ter expressamente vinculado a executar o contrato em apreço em conformidade, e sem reservas, com o conteúdo do caderno de encargos e de objetivamente inexistirem quaisquer evidências de que o preço proposto pela Uniself compromete a boa execução do contrato, a garantia da qualidade da prestação de serviços e muito menos que o mesmo é insuficiente para cumprir obrigações legais ambientais, sociais e laborais.
29. Termos em que não se verificando qualquer fundamento legal que pudessem impor a necessidade de exclusão da proposta da Uniself, deverá a impugnação administrativa apresentada pela Nortake ser totalmente indeferida e, nessa sequência, ser mantida a decisão de adjudicação a favor da Uniself, com todas as devidas consequências legais – o que expressamente se requer.

---

<sup>4</sup>

Cfr. Relatório Final, p. 2.

**Nestes termos, requer-se, muito respeitosamente, a V. Exa que se digne a concluir pelo indeferimento da impugnação administrativa apresentada pela Nortake e, nessa sequência, a manter a decisão de adjudicação a favor da Uniself, com todas as devidas consequências legais.**

Junta: Procuração.

As Advogadas,

**Parecer**

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização das propostas constantes desta informação pertence ao Órgão Executivo.

A chefe da DCP,

11/09/2025

**Despacho**

Aprovo a proposta constante do ponto 3 desta informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

O Presidente da Câmara,

—

18/09/11

**1. Informação**

Data
11/09/2025

Autor	Nome	Carreira/Cargo
	Ana Isabel Costa	Técnica Superior

**2. Dados Procedimento**

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/01/25/DCP	7.388.1193,92€	2.918.114,04€	24 meses
Objeto	Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado		
CPV	55524000-9 Serviços de fornecimento de refeições (catering) a escolas		

**3. Propostas de aprovação**

- a. Aprovação da adenda ao contrato a escrito (alínea b) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP).
- b. Aprovação do envio da decisão sobre a impugnação administrativa a ratificação da Câmara Municipal.

#### 4. Enquadramento

De acordo com o pedido efetuado pelo Tribunal de Contas, no âmbito do processo n.º 2058/2025, considera-se necessário submeter à aprovação e posterior ratificação pela Câmara Municipal de Braga a adenda à minuta do contrato, bem como a decisão relativa à impugnação administrativa.

#### 5. Conclusões

Nestes termos, submete-se para aprovação a adenda ao contrato, relativa à redação da cláusula primeira.

Onde se lia:

"\_\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado**, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 29 de julho de 2025, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sequência da **Consulta Prévia/Acordo-Quadro – CPR/AQ/01/25/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. \_\_\_\_\_",  
vai passar a ler-se o seguinte:

"\_\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado**, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 29 de julho de 2025, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posterior ratificação por deliberação



da Câmara Municipal, de 08 de setembro de 2025, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011, e nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sequência da **Consulta Prévia ao Abrigo de Acordo Quadro – CPR/AQ/01/25/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. \_\_\_\_\_”

## 6. Anexos

- a. Minuta de Adenda ao Contrato;
- b. Decisão sobre a impugnação administrativa

## 2. Assinatura

O Gestor do Procedimento

**ADENDA AO CONTRATO N.º CPR/AQ/01/25/DCP**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**

Entre:

\_\_\_\_\_ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Segundo: UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.,** matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º PT501323325/NIPC, sede na Rua Cidade de Lisboa, n.º 8 – Edifício Uniself, Parque Industrial do Arneiro, 2660-456 São Julião do Tojal, Concelho de Loures e Filial (Delegação) na Rua de S. Gens, n.º 3380 – N - 1º, 4460-409 Senhora da Hora, representada por **Fernando da Silva Ribeiro**, como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam. \_\_\_\_\_

As partes acordam a alteração da clausula 1ª do contrato nos seguintes termos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **1.ª** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado,**

\_\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto a aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 29 de julho de 2025, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e posterior ratificação por deliberação da

Câmara Municipal, de 08 de setembro de 2025, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011, e nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sequência da **Consulta Prévia ao Abrigo de Acordo Quadro – CPR/AQ/01/25/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. \_\_\_\_\_

As restantes partes e clausulados do contrato mantêm-se inalteradas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

**O Primeiro Outorgante,**

\_\_\_\_\_

**O Segundo Outorgante,**

\_\_\_\_\_